



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

### Curso de Direito Fiscal Dia

#### Unidade curricular

Direito Fiscal – Turma Dia

#### Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Paula do Valle-Frias de Madureira e Piedade Dourado – 2 horas

#### Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Nuno Garcia – 10 horas (5 subturmas)  
Sónia Reis Fernandes – 4 horas (2 subturmas)  
Daniela Pessoa Tavares – 6 horas (3 subturmas)  
Eduardo Vieira Raposo - 6 horas (3 subturmas)

#### Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Esta unidade curricular pretende transmitir os fundamentos do Direito Fiscal, parte geral, com uma forte incursão nos impostos, em especial, nos impostos sobre o rendimento. O aluno adquire os instrumentos básicos da disciplina do ponto de vista dogmático com alguma componente de política fiscal: o seu objeto, a relação jurídica tributária, os princípios constitucionais, os impostos que constituem o sistema fiscal português, as influências do Direito Europeu e da OCDE, e os temas fiscais mais controversos e que trazem os mais complexos litígios aos nossos tribunais, tais como dedutibilidade de gastos, tributação autónoma, métodos indiretos, aplicação da cláusula geral antiabuso. O aluno fica apto a um estágio profissional em matérias tributárias ou à frequência de um mestrado em Direito e Ciência Jurídica ou de Direito e Prática Jurídica em matérias fiscais.

#### Conteúdos programáticos

##### I. Introdução

1. Caracterização do Direito Fiscal e Princípios Estruturantes
2. O Direito Fiscal Geral e os Direitos Fiscais Especiais

##### II. Os Tributos

1. Conceito de Tributos
2. O Sistema Fiscal e Tipos de normas
3. Os Impostos: Conceito e elementos essenciais
4. Classificações e sistema fiscal constitucional escrito e em ação
5. As Taxas
6. As Contribuições financeiras

##### III. A Relação Jurídica Tributária

1. Sujeitos
2. Categorias
3. Contribuinte, substituto e substituído
4. A Responsabilidade tributária
5. Promotores e utilizadores de esquemas de planeamento fiscal agressivo
6. Sucessão tributária
7. Constituição, alteração e extinção da relação jurídica tributária

##### IV. Princípios constitucionais formais e materiais

##### V. O Princípio da legalidade fiscal

1. A reserva de lei fiscal: justificação, reserva de lei competencial e princípio da tipicidade fiscal

##### VI. O Princípio da proibição da retroatividade fiscal

1. Conceito, leis procedimentais e substantivas
2. Retroatividade e retrospetividade
3. A proteção da confiança

##### VII. O Princípio da igualdade fiscal



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

1. O princípio da capacidade contributiva
  2. Impostos confiscatórios
- VIII. O Princípio da tributação do rendimento real
1. Rendimento real e deveres declarativos e de cooperação
  2. Dedutibilidade de gastos
  3. Dedutibilidade de juros
  4. Métodos diretos e indiretos
  5. Tributação autónoma
- IX. O Princípio da praticabilidade
1. Presunções inilidíveis e tipificações
  2. Ónus da prova
- X. A Interpretação das leis fiscais
1. Regras gerais
  2. Conceitos importados
  3. O art. 11. da LGT
  4. Indeterminação legal e analogia
- XI. A Elisão ou abuso fiscal, evasão e fraude fiscais e planeamento fiscal agressivo
1. Segurança jurídica e justiça fiscal
  2. Planeamento fiscal, evasão planeamento fiscal agressivo e elisão fiscal
  3. Cláusulas gerais antiabuso e cláusulas específicas antiabuso

#### Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos permitem a formação nas questões transversais de Direito Fiscal – Parte Geral, com incursão em alguns dos impostos estruturantes do nosso sistema fiscal.

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas teóricas estão em estrita conexão com as aulas práticas, existindo um trabalho conjunto dos vários elementos da equipa que permite com eficácia a transmissão de conhecimentos, partindo predominantemente do caso concreto, jurisprudencial ou hipotético, para a construção dogmática.

#### Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia prosseguida permite uma aprendizagem intensiva do aluno, permitindo-lhe o acesso a estágios na área.

#### Bibliografia principal

- ANA PAULA DOURADO, “Direito Fiscal”, 7.ª edição, Almedina, Coimbra, 2022;
- ANA PAULA DOURADO, “O Princípio da legalidade fiscal, tipicidade, conceitos jurídicos indeterminados e margem de livre apreciação”, Coimbra, 2007, capítulo I (para a matéria do princípio da legalidade fiscal);
- ANA PAULA DOURADO e PAULO MARQUES, anotações aos artigos 103.º, 104.º, 238.º, Constituição Portuguesa Anotada, volumes II e III, orgs. Jorge Miranda e Rui Medeiros, 2.ª edição Revista;
- JOSÉ CASALTA NABAIS, “Direito Fiscal”, 11ª Edição, Almedina, Coimbra, - Reimpressão 2023;  
OU
- J. L. SALDANHA SANCHES, “Manual de Direito Fiscal”, 3.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2007;
- PAULA ROSADO PEREIRA, “Manual de IRS”, 5.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2023;
- SÓNIA MARTINS REIS, SÉRGIO VARELA e DANIELA PESSOA TAVARES, “Guia Prático do IRS com questões resolvidas”, Almedina, Coimbra, 2023 (em edição).

#### Jurisprudência anotada recomendada:

##### Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal

- “Novamente a questão da retroactividade da lei fiscal no campo da tributação autónoma de encargos (comentário ao acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, processo n.º 0281/11, de 6 de julho de 2011)” (a publicar - Ano IV, n.º 3 – Outono 2011), por PAULA ROSADO PEREIRA;



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- “O princípio da não retroactividade da lei fiscal no campo da tributação autónoma de encargos (comentário ao acórdão n.º 18/2011 do Tribunal Constitucional de 12/01/2011 – processo n.º 204/2010)” (Ano IV, n.º 2 - Verão 2011), por PAULA ROSADO PEREIRA;
- “Novamente a questão da retroactividade da lei fiscal no campo da tributação autónoma de encargos (Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, Processo n.º 0281/11, de 6 de julho de 2011, 2.ª secção)”, Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, n.º 3, Outono de 2011 por PAULA ROSADO PEREIRA;
- “Cláusula Geral Anti-Abuso – Opus I: Comentário ao Acórdão n.º 04255/10 do Tribunal Central Administrativo Sul (2.ª Secção) de 15 de Fevereiro de 2011 (Rel. José Correia)” (Ano IV, n.º 2 – Verão 2011), por NUNO OLIVEIRA GARCIA e JOSÉ ALMEIDA FERNANDES;
- “Simulação Absoluta de Negócio Jurídico e Imposto do Selo” (Ano IV, n.º 1 – Primavera 2011), por GUSTAVO LOPES COURINHA;
- “Concorrência da Diferença Negativa Entre as Mais-valias e as Menos-valias Realizadas Mediante a Transmissão Onerosa de Partes de Capital em Metade do seu Valor (comentário ao Acórdão n.º 85/2010 do Tribunal Constitucional)” (Ano III, n.º 3 – Outono 2010), por NUNO OLIVEIRA GARCIA e ANDREIA GABRIEL PEREIRA;
- “Acórdão STA, de 18/09/2008 – Ofertas de pequeno valor em IVA e o Princípio da Legalidade Fiscal” (n.º 4, ano I – Inverno 2009), por GUSTAVO LOPES COURINHA;
- “Ainda a propósito da tributação dos trabalhadores portugueses na Alemanha – algumas notas” (Ano I, n.º 1 – Primavera 2008), por GUSTAVO LOPES COURINHA.

#### Fiscalidade

- “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro à luz do artigo 15.º do Modelo de Convenção OCDE” (n.º 17 – Janeiro 2004), por GUSTAVO LOPES COURINHA;
- “E assim começou a história... a aplicação jurisprudencial da Cláusula Geral Anti-Abuso” (n.º 44 – 2011), por GUSTAVO LOPES COURINHA.

#### Ciência e Técnica Fiscal

- “Comentário aos Acórdãos do Tribunal Constitucional n.º 20/2003 e n.º 515/2003 (Taxa de Ocupação do Subsolo)” (n.º 416, Dezembro 2005), por NUNO OLIVEIRA GARCIA;
- “Anotação de acórdão do Supremo Tribunal Administrativo - Caso DEFINT: IRC, relações especiais” (n.º 402, Abril/Junho de 2001), por PAULA ROSADO PEREIRA.

#### **Bibliografia complementar recomendada:**

Bibliografia citada no direito fiscal (Ana Paula Dourado) a propósito de cada capítulo do programa

#### **Outra Bibliografia recomendada, de docentes da equipa de Direito Fiscal:**

##### Nuno Oliveira Garcia

- “Contencioso de Taxas”, 3.ª edição, Almedina, Coimbra (2018).
- “Sobre as incertezas da natureza das propinas e suas consequências nas garantias dos contribuintes – Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 22 de Abril de 2015” (Processo n.º 01957/13), Pleno da Secção do Contencioso Tributário (Relatora Conselheira Dulce Neto), in *Revista de Finanças Públicas e de Direito Fiscal*, Ano VIII.2 (2015);
- “Rico mas não tanto... Comentário ao Acórdão n.º 0358/12 do Supremo Tribunal Administrativo”, in *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano V.11 (2012);
- “Tributação pelo Lucro Consolidado. Comentário ao Acórdão n.º 012/12 do Supremo Tribunal Administrativo”, in *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano V.03 (2012);
- “Dupla Tributação e Dupla Oneração por Taxas Locais. Comentário ao Acórdão n.º 0363 do Supremo Tribunal Administrativo” in *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano III.01 (2011);
- “Prejuízos, Menos e Mais-Valias – Casos de Aplicação de Normas Anti-abuso Específicas do Código do IRC” in *Fiscalidade*, n.º 29 (2007);
- “Preços, Tributos e Entidades Reguladoras Independentes: o Caso do Sector da Electricidade” in *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 418 (2006);
- “Isenção de Tarifa Municipal – Taxa – Vigência de isenção atribuída em 1955 – Anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 6 de Outubro de 2004”, in *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 416 (2005).



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

#### Paulo Marques

- “*Impostos: Porquê e para quê?*” (em co-autoria com o Prof. Doutor Joaquim Miranda Sarmento), Almedina, Coimbra (2022);
- “*Constituição, Legalidade e Tipicidade Tributária*”, *Revista do Ministério Público*, n.º 146 (Abril-Junho 2016);
- “*A (In)constitucionalidade da Tributação Autónoma: Reflexões sobre a Jurisprudência Constitucional*” (em co-autoria com o Mestre Rui Marques), *Revista Portuguesa de Contabilidade*, Vol. VI, n.º 21, (2016);
- “*O Princípio Constitucional da Tributação das Empresas segundo o Rendimento Real: Do Mito à Realidade*” (em co-autoria com o Prof. Doutor Joaquim Miranda Sarmento), *Jornal de Contabilidade*, Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (2016);
- “*A Responsabilidade Tributária Subsidiária dos Gerentes e a Repartição Interna de Tarefas na Sociedade Comercial – Comentário de Jurisprudência*”, *Revista de Finanças Públicas e de Direito Fiscal*, n.º 4, Ano VIII, Faculdade de Direito de Lisboa, IDEFF/Almedina (Julho 2016);
- “*Todo o Negócio quer Dinheiro*” - *A tributação das manifestações de fortuna e dos acréscimos patrimoniais não justificados*, *Revista do Ministério Público*, n.º 139, (Julho-Setembro, 2014);
- “*A (Ir)responsabilidade dos Gerentes de Direito pelas Dívidas Tributárias*”, *Revista de Direito das Sociedades*, Ano V, n.º I/II, Faculdade de Direito de Lisboa, Almedina, Coimbra (2013);
- “*Responsabilidade Tributária dos Gestores e dos Técnicos Oficiais de Contas*” — A Reversão do Processo de Execução Fiscal, Coimbra Editora, Coimbra (2011).

#### Paula Rosado Pereira

- “*Arrendamento e Direito Fiscal*”, in AAVV - *Temas de Direito do Arrendamento* - Cadernos O Direito n.º 7, Almedina, Coimbra, 2013;
- “*Portugal’s new tax rules for investment companies*”, *Tax Notes International*, vol 78, n.º 13, 29 junho 2015;
- “*The material scope of tax arbitration*”, in AAVV, *The Portuguese Tax Arbitration Regime*, Almedina, 2015.

#### Sónia Martins Reis

- “*Proibição da retroatividade da lei fiscal no contexto do IRS*”, in PAULA ROSADO PEREIRA (Coord.) – *Temas de IRS – Princípios Constitucionais, Tributação e Garantias*, Almedina, Coimbra (2020) pp. 81-138.

#### Daniela Pessoa Tavares

- “*Ebook Direito Fiscal – Jurisprudência Seleccionada do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal Administrativo 2020-2022*”, AAFDL Editora, 2022.

#### **Revistas a consultar:**

- Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal
- Fisco
- Fiscalidade
- Intertax
- Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal

#### **Páginas da internet e blogues:**

<http://www.afp.pt>  
<http://www.cideeff.pt>  
<http://www.portaldasfinancas.gov.pt>  
<http://www.dgsi.pt/>  
<http://www.eatlp.org/>  
<https://europa.eu/>  
<http://greit-tax.eu/>  
<http://www.ibfd.org>  
<http://www.itdweb.org>  
<http://www.oecd.org>  
<https://taxprof.typepad.com/>



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

<http://direitofiscalnoquartoano.blogspot.com>